



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Processo n. 107.150/10

CONTRATO N. 2011/170.0

CONTRATO CELEBRADO ENTRE A  
CÂMARA DOS DEPUTADOS E A  
PROCLIMA ENGENHARIA LTDA.,  
PARA FORNECIMENTO E  
INSTALAÇÃO DE DUAS TORRES DE  
ARREFECIMENTO DE ÁGUA PARA  
USO NO SISTEMA DE AR  
CONDICIONADO DO ED. ANEXO IV  
DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.

Aos seis dias do mês de outubro de dois mil e onze, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CONTRATANTE, e neste ato representada por seu Diretor-Geral, o senhor ROGÉRIO VENTURA TEIXEIRA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília - DF, e a PROCLIMA ENGENHARIA LTDA., situada na SOF SUL, Quadra 160, Conjunto "A", número 4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ sob o n. 00.578.617/0001-99, daqui por diante denominada CONTRATADA, e neste ato representada por seu Sócio, o senhor ROQUE ANTONIO FUNES, argentino, desquitado, residente e domiciliado em Brasília-DF, perante as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente Contrato, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei n. 8.666, de 21/6/93, e alterações posteriores, daqui por diante denominada simplesmente LEI, na Lei n. 10.520, de 17/7/02, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e com o Edital do Pregão Eletrônico n. 153/11, denominado simplesmente EDITAL, e seus Anexos, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente Contrato é o fornecimento e a instalação de duas torres de arrefecimento de água para uso no sistema de ar condicionado do Ed. Anexo IV da Câmara dos Deputados, de acordo com as quantidades e especificações técnicas descritas no Anexo n. 2 e demais exigências e condições expressas no EDITAL e seus Anexos.

Parágrafo primeiro – Fazem parte do presente Contrato, para todos os efeitos:

- a) EDITAL e seus Anexos;



b) Ata da Sessão Pública do Pregão Eletrônico n. 153/11;

c) Proposta da CONTRATADA, datada de 22/8/11.

Parágrafo segundo – No interesse da CONTRATANTE, o valor deste Contrato poderá ser aumentado ou diminuído em até 25% (vinte e cinco por cento), em razão de acréscimos ou exclusões de componentes do objeto, nas mesmas condições da proposta, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 1º do artigo 113 do REGULAMENTO, e previsto no subitem 1.2 do referido Edital.

Parágrafo terceiro – As supressões além desse limite são facultadas por acordo entre as partes, em conformidade com o inciso II do parágrafo 2º do artigo 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 2º do artigo 113 do REGULAMENTO.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

O objeto deste Contrato deverá obedecer rigorosamente às especificações técnicas descritas no Anexo n. 2 ao Edital do Pregão Eletrônico n. 153/11.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO**

Caberá à CONTRATADA o fornecimento total dos materiais necessários, de acordo com as especificações constantes no Anexo n. 2 ao EDITAL, bem como a devida montagem, instalação, colocação em operação, balanceamento e testes até a entrega e, ainda, manutenção e operação do sistema até a sua entrega definitiva.

Parágrafo primeiro - O fornecimento a que se refere o *caput* desta cláusula inclui quaisquer tipo de transporte vertical e horizontal, bem como transportes interno ou externo à Câmara dos Deputados, andaimes, ligações elétricas e hidráulicas.

Parágrafo segundo – A CONTRATADA deverá fornecer a mão-de-obra de profissionais especializados e capacitados, incluindo um engenheiro e um encarregado geral, a fim de efetuar os serviços de montagem e instalação, "START-UP" e entrega definitiva da instalação em operação normal.

Parágrafo terceiro – Caberá, ainda, à CONTRATADA, o fornecimento e montagem de todos os materiais necessários para a perfeita conclusão dos itens previstos na especificação das TORRES DE RESFRIAMENTO DE ÁGUA PROVISÓRIAS da Central de Água Gelada do Anexo IV, se responsabilizando totalmente pelo funcionamento dentro das condições especificado em projeto, e operação do sistema até a entrega definitiva.

**CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

O prazo máximo para execução dos serviços objeto deste Contrato será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de assinatura deste Contrato, observado o cronograma físico-financeiro abaixo:

<b>Etapas</b>	<b>Descrição dos serviços</b>	<b>Valor (%) sobre o preço global contratado</b>	<b>Prazo execução (da data da assinatura do contrato)</b>
1ª	Fornecimento das torres (2 unidades) incluindo transporte vertical e horizontal.	50%	30 a 60 dias
2ª	Instalação das torres (2 unidades) Provisórias.	10%	45 a 90 dias
3ª	Fornecimento e Instalação Elétrica e Hidráulica conforme projeto, das 2 torres instaladas.	20%	45 a 90 dias
4ª	Desmontagem das torres velhas e transporte vertical e horizontal para o almoxarifado do SIA.	10%	90 a 120 dias
5ª	Testes de operação do sistema, conclusão total e Recebimento Provisório.	5%	90 a 120 dias
6ª	Entrega definitiva	5%	150 dias

Parágrafo primeiro – A CONTRATADA deverá elaborar o Plano Geral para realização dos serviços, com o mínimo incômodo aos usuários, tomando como base as etapas principais relacionadas cronologicamente no caput desta cláusula e prevista nos subitens 7.3.6 a 7.3.8 do Anexo n. 2 ao EDITAL.

Parágrafo segundo - No prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da assinatura do contrato, o Plano Geral deverá ser submetido à análise do órgão responsável, que poderá indicar alterações.

Parágrafo terceiro - Todos os serviços que exijam a paralisação do funcionamento do sistema de Ar Condicionado deverão ser programados para realização nos finais de semana ou feriados, iniciando o serviço na sexta-feira após 18h e terminando no máximo até às 8h da segunda-feira



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

seguinte, quando então o sistema deverá estar em condições normais de operação.

Parágrafo quarto - A CONTRATADA comunicará, verbal e imediatamente, ao órgão responsável, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços e, em até 1 (um) dia útil após o ocorrido, reduzirá a escrito a comunicação verbal, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgados necessários ao esclarecimento dos fatos.

Parágrafo quinto – O objeto contratual será recebido definitivamente se em perfeitas condições e conforme as especificações editalícias a que se vincula a proposta da CONTRATADA.

### **CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA**

A CONTRATADA deverá garantir o funcionamento das torres dentro das condições estipuladas no item 2.1 do Anexo 2 ao EDITAL, bem como todos os materiais e a montagem das Torres de Resfriamento do sistema de ar condicionado contra todo e qualquer defeito, pelo período de garantia ofertado na proposta, que não pode ser inferior a 12 (doze) meses, contados da data do Recebimento Definitivo da Obra.

Parágrafo primeiro - Além da garantia prevista no item 10.1 do Anexo n. 2 ao EDITAL, a CONTRATADA deverá garantir o funcionamento em caso de corrosão ou danificação dos seguintes componentes, pelo período ofertado na proposta, que não poderá ser inferior a 5 (cinco) anos:

- a) arcabouço da torre com carcaça e estrutura;
- b) enchimento;
- c) eliminadores de gotas,
- d) canais de distribuição de água e demais acessórios e peças fixas, excluindo apenas as partes móveis, motores, mancais de rolamentos, válvulas e registros.

Parágrafo segundo - A garantia aqui prestada cobre quaisquer defeitos provenientes de erros ou omissões da CONTRATADA, em especial decorrentes de erros de matéria prima, fabricação ou montagem e de coordenação entre serviços técnicos e administrativos, excluindo, todavia, danos ou defeitos resultantes do uso anormal dos equipamentos e componentes, de carga exclusiva e/ou de outras razões fora do controle da CONTRATADA.

Parágrafo terceiro – A CONTRATADA se obriga a, ilimitadamente, dentro do período de garantia, substituir as peças defeituosas ou repará-las, colocando o sistema perfeitamente de acordo com o preconizado nas especificações, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo quarto - Caso a CONTRATADA deixe de tomar providências necessárias à reposição ou correção dos materiais e equipamentos dentro do prazo fixado de comum acordo com a CONTRATANTE, após recebimento de aviso por escrito, esta poderá, a seu exclusivo critério, substituir ou corrigir esses equipamentos e materiais, e conforme o caso, debitando à CONTRATADA o custo desse procedimento, permanecendo a mesma, para todos os fins, como responsável pelo perfeito desempenho desses materiais e equipamentos, para o seu novo período de garantia geral previsto neste fornecimento.

Parágrafo quinto - Esta garantia se estende também a todos os serviços e fornecimentos, inclusive os efetuados nos equipamentos fornecidos pela CONTRATADA.

Parágrafo sexto - A garantia aqui definida, em nenhuma hipótese será alterada e/ou diminuída, sendo que quaisquer aprovações de desenhos, fiscalizações ou inspeções exercidas pela CONTRATANTE, não elidirão a total e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita qualidade dos serviços de fabricação e instalação dos materiais e equipamentos por ela prestados e fornecidos, respectivamente.

### **CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pelo não cumprimento das obrigações contratuais, execução insatisfatória dos serviços, omissões ou outras faltas mencionadas no Título 13 do Edital do Pregão Eletrônico n. 153/11, serão aplicadas à CONTRATADA as multas e demais sanções previstas no dispositivo editalício, observadas as condições nele indicadas.

Parágrafo primeiro – Pelo descumprimento de outras obrigações assumidas, considerada a gravidade da transgressão, serão aplicadas as sanções previstas no artigo 87 da LEI c/c o artigo 135 do REGULAMENTO e no artigo 7º da Lei 10.520/02.

- a) advertência, formalizada por escrito;
- b) multa, nos casos previstos neste Contrato;
- c) suspensão temporária para licitar e impedimento para contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos da lei.

Parágrafo segundo – Ocorrendo atraso injustificado ou com justificativa não aceita pela CONTRATANTE para dar início e/ou concluir cada etapa do serviço, à CONTRATADA será imposta multa calculada sobre o valor do contrato ou da etapa, de acordo com a tabela abaixo:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA
1	0,1%	15	2,0%	29	5,7%
2	0,2%	16	2,2%	30	6,0%
3	0,3%	17	2,4%	31	6,4%
4	0,4%	18	2,6%	32	6,8%
5	0,5%	19	2,8%	33	7,2%
6	0,6%	20	3,0%	34	7,6%
7	0,7%	21	3,3%	35	8,0%
8	0,8%	22	3,6%	36	8,4%
9	0,9%	23	3,9%	37	8,8%
10	1,0%	24	4,2%	38	9,2%
11	1,2%	25	4,5%	39	9,6%
12	1,4%	26	4,8%	40	10,0%
13	1,6%	27	5,1%		
14	1,8%	28	5,4%		

Parágrafo quarto – Não será aplicada multa de valor igual ou inferior a 10% da quantia definida na Portaria n. 49, de 1º de abril de 2004, do Ministério da Fazenda, ou em norma que vier a substituí-la, para inscrição de débito na Dívida Ativa da União.

Parágrafo quinto – Não se aplica o disposto no parágrafo anterior, quando verificada, num período de 60 (sessenta) dias, a ocorrência de multas que somadas ultrapassem o valor fixado para inscrição em Dívida Ativa.

Parágrafo sexto – Findo o prazo fixado, sem que a CONTRATADA tenha iniciado a execução do serviço ou concluído o serviço ou etapa, além da multa prevista no parágrafo terceiro desta Cláusula, poderá a critério da CONTRATANTE, ser cancelada, parcial ou totalmente, a Nota de Empenho, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Parágrafo sétimo – A CONTRATADA também será considerada em atraso se executar o serviço fora das especificações e não corrigir as inconsistências apresentadas dentro do período remanescente do prazo de execução fixado na cláusula Quarta deste Contrato.

Parágrafo oitavo – Pela recusa, a qualquer tempo, em executar parcial ou totalmente o serviço, fica igualmente a CONTRATADA sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do subitem não entregue, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Parágrafo nono – Havendo atraso no disposto no item 8.2 do Anexo n. 2 ao EDITAL, à CONTRATADA será imposta multa de 1% do valor total do contrato, por dia de atraso.

Parágrafo décimo – Se a CONTRATADA deixar de adotar as providências determinadas no item 11.10 do EDITAL, relativas à





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

prevenção de acidentes, ser-lhes-á cominada multa de 0,3% do valor total do contrato, por ocorrência.

Parágrafo décimo primeiro – Os valores relativos a multas aplicadas e a danos e prejuízos eventualmente causados serão descontados dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou recolhidos pela CONTRATADA à Coordenação de Movimentação Financeira, dentro de 5 (cinco) dias úteis, a partir da sua notificação por carta, ou ainda, cobrados na forma da legislação em vigor.

Parágrafo décimo segundo – A aplicação de multas e sanção administrativa, não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de ressarcir integralmente eventuais danos causados à Administração.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da CONTRATADA aquelas enunciadas no Edital do Pregão Eletrônico n. 153/11 e em seus anexos, além daquelas determinadas pelo órgão responsável, em caráter complementar, visando à perfeita execução do objeto do presente Contrato.

Parágrafo primeiro – Todas as obrigações trabalhistas, inclusive aquelas relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Previdência Social, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, como única empregadora da mão de obra utilizada para os fins estabelecidos no presente Contrato.

Parágrafo segundo – A CONTRATADA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como correclamada.

Parágrafo terceiro – A CONTRATADA fica obrigada a apresentar à CONTRATANTE, sempre que expire o prazo de validade, a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (CND), a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

Parágrafo quarto – A não apresentação das certidões e do certificado, na forma mencionada no parágrafo anterior, implicará o descumprimento de cláusula contratual, podendo, inclusive, ensejar a rescisão deste Contrato, nos termos do artigo 78 da LEI, correspondente ao artigo 126 do REGULAMENTO.

Parágrafo quinto - A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade por danos ou desvios eventualmente causados ao patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, na área de prestação dos serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas neste Contrato.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo sexto – Os empregados da CONTRATADA, por esta alocados na execução dos serviços, embora sujeitos às normas disciplinares ou convencionais da CONTRATANTE, não terão com ela qualquer vínculo empregatício.

Parágrafo sétimo – Todas as obrigações tributárias, trabalhistas e sociais da CONTRATADA e de seus empregados serão de inteira responsabilidade desta.

Parágrafo oitavo - A CONTRATADA ficará obrigada a reparar, corrigir, refazer ou substituir, a suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados, por exigência do órgão responsável, que lhe assinará prazo compatível com as providências ou reparos a realizar.

Parágrafo nono – A CONTRATADA fica obrigada a manter durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da licitação.

Parágrafo décimo - Observada a legislação pertinente, a CONTRATADA deverá, no prazo de quinze dias contados da assinatura deste instrumento, designar responsável pelo cumprimento dos objetivos de prevenção de acidentes constantes da NR-05, do Ministério do Trabalho e Emprego, o qual deverá manter entrosamento e integração de objetivos com a CIPA da CONTRATANTE.

Parágrafo décimo primeiro - A CONTRATADA comunicará, verbal e imediatamente, ao órgão responsável, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços e, em até 1 (um) dia útil após o ocorrido, reduzirá a escrito a comunicação verbal, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgados necessários ao esclarecimento dos fatos.

### **CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

O preço total do presente Contrato é de R\$ 468.000,00 (quatrocentos e sessenta e oito mil reais), considerando-se os preços unitários constantes da proposta da CONTRATADA.

Parágrafo primeiro – O pagamento dos serviços entregues à CONTRATANTE e por esta aceitos será efetuado por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura discriminada, após atestação pelo órgão responsável, de acordo com o cronograma físico-financeiro constante do Título 7 do Anexo 2 ao EDITAL.

Parágrafo segundo - A instituição bancária, a agência e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Parágrafo terceiro – A nota fiscal/fatura deverá vir acompanhada da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros e do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, ambos dentro dos prazos de validade neles expressos.

Parágrafo quarto – O pagamento será efetuado com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado a partir do aceite do objeto desta contratação e da comprovação da regularidade da documentação fiscal apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.

Parágrafo quinto - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, do equipamento instalado e do treinamento realizado, quanto nos casos de eventuais atrasos de pagamento dos serviços de garantia e assistência técnica, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data referida no parágrafo anterior e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

em que  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%.

Parágrafo sexto – Quando aplicável, o pagamento efetuado pela CONTRATANTE estará sujeito às retenções de que trata o artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1991, com a redação dada pelas Leis n. 9.711, de 1998, e n. 11.933, de 2009, além das previstas no artigo 64 da Lei n. 9.430, de 1996, e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

Parágrafo sétimo – Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no parágrafo anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

### **CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA FINANCEIRA**

Para segurança do cumprimento de suas obrigações, a CONTRATADA prestará garantia de R\$ 23.400,00 (vinte e três mil e quatrocentos reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste Contrato, em conformidade com o disposto no artigo 56 da LEI, c/c o



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

artigo 93 do REGULAMENTO, observando ainda o disposto no Título 12 do Edital do Pregão Eletrônico n. 153/11.

Parágrafo primeiro – A garantia será prestada previamente à assinatura do Contrato e só poderá ser levantada ao término deste.

Parágrafo segundo - No caso de rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA, a garantia será executada para ressarcimento à CONTRATANTE das multas e indenizações devidas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas na cláusula Sexta deste Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa com a execução do presente Contrato, objeto da Nota de Empenho n. 2011NE002600, correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho: 01.031.0553.4061.0001 – Processo Legislativo

- Natureza da Despesa:
  - 4.0.00.00 - Despesas de Capital
  - 4.4.00.00 - Investimentos
  - 4.4.90.00 - Aplicações Diretas
  - 4.4.90.51 – Obras e Instalações

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

O presente Contrato terá vigência de 6/10/11 a 5/10/16, ou seja, até o término do prazo de garantia previsto na cláusula Quinta deste Contrato.

Parágrafo único – O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ÓRGÃO RESPONSÁVEL**

Considera-se órgão responsável pela gestão do(s) serviço(s) e bem(ens) objeto do contrato, o Departamento Técnico – DETEC da CONTRATANTE, localizado no 19º andar do Edifício Anexo I da Câmara dos Deputados, que indicará o fiscal responsável pelos atos de acompanhamento, controle e fiscalização da execução contratual.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir demandas judiciais decorrentes do cumprimento deste Contrato.

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 11 (onze) folhas cada, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 6 de outubro de 2011.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

Rogério Ventura Teixeira  
Diretor-Geral  
CPF n. 292.707.311-20

Roque Antonio Funes  
Sócio  
CPF n. 153.603.001-59

Testemunhas: 1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_

CCONT/RS